

Agenda Territorial 2030

Um futuro para todos os territórios

RESUMO



#TerritorialAgenda
A future for all places

Reunião informal de Ministros Responsáveis pelo
Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Territorial e/ou Coesão Territorial

1 de dezembro de 2020, Alemanha



RESUMO Agenda Territorial 2030

Na Europa, as desigualdades crescentes entre os territórios e as pessoas, bem como os desenvolvimentos não sustentáveis atingiram um nível crítico. É necessária uma maior ação concertada a todos os níveis geográficos e de governação para assegurar perspectivas futuras positivas para todas as pessoas, comunidades e territórios na Europa. É altura de compreender melhor e de dar uma resposta adequada aos impactos territoriais associados às políticas setoriais. Procuramos contribuir para o desenvolvimento sustentável e para manter a Europa unida.

O presente documento trata-se de um resumo da Agenda Territorial 2030, que nós, os ministros responsáveis pelo ordenamento do território, pelo desenvolvimento territorial e/ou pela coesão territorial, em cooperação com a Comissão Europeia, com o Parlamento Europeu, com o Comité das Regiões Europeu, com o Comité Económico e Social Europeu, com o Grupo do Banco Europeu de Investimento e com as associações europeias e nacionais competentes, concertamos a favor.

A Agenda Territorial salienta a importância e faculta orientações para um ordenamento estratégico do território e apela ao reforço da dimensão territorial das políticas setoriais a todos os níveis de governação. Procura promover um futuro inclusivo e sustentável para todos os territórios e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Europa.

Tal deve ter por base:

- um entendimento comum de que as necessidades de desenvolvimento e os impactos inerentes aos futuros desenvolvimentos diferem entre os territórios na Europa; e
- a cooperação e coordenação entre os territórios, os níveis de governo, os setores políticos e os grupos sociais para dar resposta às questões complexas e utilizar o potencial diversificado.

Por conseguinte, definimos dois objetivos globais: uma Europa justa e uma Europa verde, que abrangem seis prioridades para desenvolver o território europeu no seu conjunto, juntamente com todos os seus territórios.

Durante a revisão da Agenda Territorial, a pandemia de COVID-19 alterou a elaboração de políticas e as perspectivas de desenvolvimento futuro. Uma vez que as implicações e as respostas políticas variam de território para território devido a diferentes condições, a pandemia revela que os territórios são importantes e altamente interdependentes. A coesão territorial deve desempenhar um papel importante no processo de recuperação. As políticas de desenvolvimento territorial e a cooperação para a realização de objetivos comuns são essenciais para aumentar a resiliência dos municípios, das regiões e dos países, reforçando, simultaneamente, os seus processos de recuperação.

Por que razão precisamos de agir

Procedemos à revisão da Agenda Territorial lançada em 2007 e atualizada em 2011 e tivemos em conta os relatórios recentes da Comissão Europeia, do Comité das Regiões Europeu, do Grupo do Banco Europeu de Investimento e do ESPON.

A Europa é constituída por muitos tipos diferentes de territórios, como as regiões das capitais, as áreas metropolitanas, as cidades de pequena e média dimensão, as zonas periurbanas, as zonas rurais, as zonas periféricas interiores, as zonas periféricas, as zonas setentrionais, as zonas escassamente povoadas, as ilhas, as zonas costeiras, as zonas montanhosas, as regiões ultraperiféricas, as regiões transfronteiriças, as macrorregiões, as zonas em declínio demográfico e as zonas em transformação económica e transição industrial. Estes territórios têm um potencial e desafios de desenvolvimento muito diferentes. A todos os níveis, desde o infralocal ao pan-europeu, existem disparidades económicas e sociais crescentes entre os territórios e as pessoas, a par de riscos e pressões ambientais. Estes são motivados por economias de escala, pelo desequilíbrio no acesso aos mercados e à mão-de-obra qualificada, bem como pelas disparidades na qualidade da governação e dos serviços públicos. Ademais, as ligações e os fluxos entre os territórios, sobretudo ao longo dos corredores, afetam as possibilidades de concretização do potencial ou de dar resposta aos desafios.

A qualidade das administrações públicas e dos processos de governação é um princípio transversal importante para o desenvolvimento local, regional, nacional e europeu. É importante para o bem-estar da sociedade e é uma condição prévia para o crescimento sustentável a longo prazo das condições de vida, dos investimentos, da confiança social e da legitimidade política.

É necessário atuar à medida que as pessoas e os territórios se afastam – aumentando os desequilíbrios e as desigualdades, por exemplo, nos domínios:

- Qualidade de vida
- Serviços de interesse geral
- Desequilíbrios demográficos e sociais
- Digitalização e a 4.^a revolução industrial
- Emprego e desenvolvimento económico
- Interdependências entre os territórios
- Integração global

É necessário dar resposta à pressão crescente no tocante ao desenvolvimento sustentável e às alterações climáticas, por exemplo, nos domínios:

- Alterações climáticas
- Perda de biodiversidade e utilização dos solos
- Qualidade do ar, do solo e da água
- Energia segura, acessível e sustentável
- Transição justa
- Cadeias de valor circulares
- Natureza, paisagem e património cultural

Prioridades territoriais para a Europa

Uma Europa justa que oferece perspectivas futuras a todos os territórios e pessoas

EUROPA EQUILIBRADA

Desenvolvimento territorial mais equilibrado utilizando a diversidade da Europa

- Tomaremos medidas para encorajar os bairros, as comunidades, os municípios, os distritos, as regiões e os Estados-Membros a cooperarem no sentido de dar resposta aos desafios sociais globais e a melhorarem as condições de trabalho, de vida e empresariais em todos os territórios, bem como a reforçarem a prosperidade socioeconómica, a capacidade de inovação, as posições nas cadeias de valor globais e a competitividade global em toda a Europa.
- Convidamos os decisores políticos de todos os níveis a promoverem os modelos de desenvolvimento policêntrico que ofereçam uma função a todos os territórios.
- Tomaremos medidas para encorajar os decisores políticos, em todos os níveis de governação, a libertarem o potencial único dos territórios com geografias específicas e a darem uma resposta adequada aos condicionalismos destas zonas mediante abordagens integradas e de cooperação.

REGIÕES FUNCIONAIS

Desenvolvimento local e regional convergente, menos desigualdade entre os territórios

- Procuraremos dialogar com os decisores políticos das cidades de todas as dimensões para a aplicação de uma abordagem de governação a vários níveis integrada. Tal significa o envolvimento de pessoas de diferentes níveis de governação, em especial os locais e regionais, bem como diversos setores políticos e grupos sociais.
- Colaboraremos com os decisores políticos locais e regionais para reforçar a cooperação em matéria de estratégias de base local a longo prazo e dar resposta às ligações funcionais sustentáveis entre as zonas vizinhas.

INTEGRAÇÃO PARA LÁ DAS FRONTEIRAS

Vida e trabalho mais facilitados para lá das fronteiras nacionais

- Tomaremos medidas para incorporar a cooperação transfronteiras, transnacional e inter-regional estável nas estratégias de desenvolvimento macrorregional, nacional, regional e local. Também apoiamos o desenvolvimento de novos documentos estratégicos, se necessário, e a promoção do codesenvolvimento que envolva os cidadãos além-fronteiras.
- Intensificaremos o diálogo com os decisores políticos a todos os níveis de governação para coordenar as políticas setoriais nacionais entre os países e para reduzir os obstáculos existentes à cooperação.

Uma Europa verde que protege os meios de subsistência comuns e executa a transição social

AMBIENTE SAUDÁVEL

Melhores meios de subsistência ecológicos, cidades e regiões com impacto neutro no clima e resilientes

- Apoiamos o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza, bem como de redes de infraestruturas verdes e azuis que liguem os ecossistemas e as zonas protegidas inseridos no ordenamento do território, a gestão das terras e outras políticas, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão de crises para aumentar a segurança e a resiliência dos territórios.
- Respeitaremos os limites naturais dos meios de subsistência comuns da Europa e aumentaremos a resiliência de todos os territórios afetados pelas alterações climáticas.
- Concentrar-nos-emos no reforço da sensibilização e da capacitação das comunidades locais e regionais para proteger, reabilitar, utilizar e reutilizar os seus ambientes (construídos), paisagens, bens culturais materiais e imateriais e outros valores únicos através de instrumentos da política de coesão da UE, da política de desenvolvimento rural, do ordenamento do território ou de quaisquer outros instrumentos que reforcem o desenvolvimento territorial ou local integrado, entre outros.

ECONOMIA CIRCULAR

Economias locais fortes e sustentáveis num mundo globalizado

- Apoiamos a transição da Europa para uma economia circular e o desenvolvimento de processos de simbiose industrial de base local, tendo igualmente em conta a necessidade de uma utilização sustentável dos solos e das terras.
- Apoiamos o desenvolvimento de estratégias de economia circular locais e regionais que liguem as economias locais e globais.
- Incentivamos o reforço das capacidades de inovação em todas as regiões, incluindo as estratégias locais para a transição energética e as medidas nos setores da construção, dos transportes e da bioeconomia.

LIGAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Conectividade digital e física sustentável dos territórios

- Convidaremos as partes interessadas a encetar um diálogo sobre a necessidade de acesso adequado, em todos os territórios, às redes de comunicação fixas e móveis de alta velocidade e a necessidade de uma infraestrutura digital com uma baixa pegada de carbono e impactos reduzidos na saúde humana.
- Continuaremos a melhorar as ligações entre o planeamento regional e o desenvolvimento de redes transeuropeias (RTE), sobretudo ao longo dos corredores da rede principal. Ligar todos os territórios aos nós de transporte

principais fortalece as ligações comerciais internacionais e as oportunidades de desenvolvimento local.

- Convidamos os ordenadores do território e os responsáveis pelo planeamento dos transportes a explorarem novos modelos social e ambientalmente avançados para a mobilidade enquanto serviço local e regional e a cooperarem na acessibilidade multimodal e respeitadora do ambiente dos centros urbanos e no interior destes.

Colocar as prioridades em ação

As prioridades enunciadas na Agenda Territorial 2030 necessitam de ser apoiadas por ações provenientes dos intervenientes empenhados. Só depois é possível abordar adequadamente as prioridades e as preocupações da Agenda Territorial sobre as desigualdades espaciais e a transição para uma economia neutra em carbono/com impacto neutro no clima. Em conjunto, as ações devem reforçar:

- a governação a vários níveis;
- as abordagens de base local;
- os impactos e a coerência territoriais da política setorial coordenada;
- a cooperação entre os territórios;
- a coesão territorial a nível europeu;
- a coesão territorial a nível transfronteiras, transnacional e inter-regional e intrarregional; e
- as contribuições dos Estados-Membros e dos países vizinhos para a coesão territorial.

A aplicação da Agenda Territorial assenta na cooperação informal a vários níveis entre os Estados-Membros, as autoridades subnacionais, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões Europeu, o Comité Económico e Social Europeu, o Banco Europeu de Investimento e outros intervenientes relevantes. A aplicação da Agenda Territorial beneficiaria da cooperação com os responsáveis pela Agenda Urbana, da nova Carta de Leipzig, da política de coesão e de desenvolvimento rural da UE, da implementação do plano de recuperação da UE e das estratégias macrorregionais e de bacia marítima da UE.

Para implementar a Agenda Territorial, podem ser tomadas medidas a qualquer nível de governação e podem variar em termos de carácter e objetivo. Cada interveniente-chave é convidado a implementar a Agenda Territorial no contexto do seu mandato regular.

Para inspirar ações conjuntas em toda a Europa, as ações-piloto demonstram, analisam e desenvolvem práticas que contribuem para a realização das prioridades da Agenda Territorial. Todas as pessoas são encorajadas a acompanhar de perto estas ações, a inspirarem-se e a apresentarem propostas para novas ações.

Acompanhamento

As futuras Presidências do Conselho da UE são convidadas a acompanhar a Agenda Territorial 2030 e a continuar a reforçar a sua comunicação, aplicação e governação:

- Comunicação sobre os progressos realizados a nível da aplicação da Agenda Territorial e celebração dos 25.º e 30.º aniversários do Plano de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999), em 2024 e 2029, e o 20.º aniversário da Agenda Territorial (2007), em 2027.
- Aplicação da Agenda Territorial e um debate sobre os progressos realizados, nomeadamente no que diz respeito às ações-piloto.
- Governação com o objetivo de estabelecer um inventário em 2024, incluindo as revisões do sistema de governação, os progressos realizados a nível da implementação e a pertinência das prioridades. Tal será realizado à luz dos preparativos para a política de coesão da UE após 2027. A Presidência do Conselho da UE é convidada a organizar, no primeiro semestre de 2025, uma reunião ministerial informal para decidir sobre a eventual renovação da Agenda Territorial 2030.

Acompanhe o processo de aplicação em:

territorialagenda.eu